

UMA VIDA E MUITAS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: MODO DE PENSAR, SENTIR E AGIR COMO ALFABETIZADORA DE JOVENS E ADULTOS – 1970 A 1980

Autores: RITA TAVARES DE MELLO, JOÃO OLÍMPIO SOARES DOS REIS, FILOMENA LUCIENE CORDEIRO REIS, MARIA EDUARDA ANDRADE RUAS, JENIFFER LAVINY CARDOSO PINHEIRO, BRENDA CARDOSO DE SOUSA, LUANE CARDOSO PINHEIRO

Introdução

O presente estudo está inserido no projeto intitulado “Histórias de alfabetizadoras de adultos em Montes Claros: modo de pensar, sentir e agir - (1970-1980)”. A pesquisa tem como objetivo resgatar memórias de professoras do Município de Montes Claros, Minas Gerais, que atuaram nesse período, identificando dificuldades, problemas ou resistências, como também as possíveis vantagens no ofício de alfabetizar adultos. A pesquisa situa-se no campo de estudos sobre o letramento, com interface na História da Educação, cuja temática de discussão centra-se na alfabetização e nos métodos tradicionais utilizados no processo da leitura e da escrita. Nesse sentido, esse trabalho apresenta a trajetória de uma professora de jovens e adultos através da História Oral como parte do processo desse estudo.

Material e métodos

A. Material Utilizado

O estudo se concentrou na busca de memórias de professoras alfabetizadoras de adultos por meio da História Oral, uma vez que, o uso das fontes orais possibilita aos historiadores “(...) mergulhar nos detalhes da história, em sua humanidade, evitando que se perca a memória das pessoas – verdadeiros agentes do processo histórico” (BARROS, 2004) Para tanto, instrumentos adequados a gravação de entrevistas foram necessários para efetuar tal metodologia, assim como material que autoriza o uso das memórias. Destarte, respaldadas pela oralidade, foram realizadas entrevistas com professoras que atuaram no recorte temporal escolhido, entre elas, Maria da Conceição Ribeiro, a fim de se obter informações referentes ao seu posicionamento acerca de discussões envolvendo alfabetização de jovens e adultos.

B. Metodologia

A História Cultural, conforme Vainfas (1997), tem se apresentado por algumas características, dentre elas, o apreço pelo informal e popular, pelas manifestações das massas anônimas, apesar de não recusar as expressões culturais das elites e das classes letradas. Nesse sentido, nossa pesquisa pretendeu identificar, mapear, analisar e compreender as práticas das professoras alfabetizadoras, sujeitos anônimos, que se apropriaram de idéias e concepções, bem como produziram práticas educativas, conferindo-lhes visibilidade.

Em relação às fontes estamos conscientes de suas possibilidades e limites, ora apresentando-se aos historiadores como um problema, pela fragmentação, dispersão e escassez. Contudo, a ampliação das concepções e abordagens historiográficas, permitiu que objetos e documentos não convencionais sejam tratados como guardiões da memória coletiva. E, nessa renovação, os pesquisadores da história selecionam fontes que melhor respondam às questões e problemas que pretendem desvendar, fazendo emergir a memória de uma época. Ou seja, a História é escrita pelo prisma dos homens de hoje, sendo que, os fatos passados não são, plena e integralmente, acessíveis ao historiador. Se todos os sujeitos sociais interessam ao historiador – quer sejam os homens ilustres ou os homens comuns –, todos os documentos também lhe interessa e se apresenta como importantes contribuições para a compreensão do real. Por essa perspectiva, compreendemos que não se deve privilegiar os “grandes homens”, considerados como os artífices da história, tampouco os documentos oriundos de fontes oficiais, considerados como portadores de representações autorizadas da realidade. Assim, trabalhamos com mulheres comuns, porque também fizeram parte da história e com documentos não convencionais.

Nesse sentido, entrevistamos professoras de jovens e adultos, das décadas de 1970 e 1980, tornando possível resgatar memórias de experiências vivenciadas nas salas de aula, diante dos desafios postos pela educação. As fontes orais assumem espaço e significados diferenciados, pela possibilidade de se reportar à memória coletiva pela via das experiências individuais, vividas em uma época, no âmbito de um determinado grupo social. Assim, no contexto dessa pesquisa, a história oral se constituiu como uma rica possibilidade, que foi utilizada de forma

privilegiada. Contudo, ao buscar as experiências vividas por sujeitos concretos, consideramos que a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem manipulações, conscientes ou inconscientes, sobre a sua memória individual, tanto no esquecimento, como na recordação (RIBEIRO, 2016). Nesse estudo específico, abordamos as memórias de Maria da Conceição Ribeiro, uma educadora de jovens e adultos.

Resultados e discussão

Ao delinear as histórias e memórias de Maria da Conceição Ribeiro (2016), indicamos que a relevância da história vista de baixo possibilita ao historiador inovar. Suas vivências constituem um arsenal de memórias guardadas sobre o período em que trabalhou como professora de jovens e adultos. Experiências cruzadas com um contexto histórico, político e social do Brasil nas décadas de 1970 e 1980, que visavam construir o processo ensino e aprendizagem de forma lúdica e, muitas vezes, sem intenção de politizar, constituíram as vivências de Maria da Conceição Ribeiro, nascida em Januária, Minas Gerais, conforme relatou em entrevista.

Maria da Conceição Ribeiro foi criada e educada por uma tia, Josina Gomes de Oliveira, graças a promessa de sua mãe, Maria Isabel Tomé, que se encontrava doente. Criada pela tia, cujo esposo, João Nunes de Oliveira, era professor na Escola Estadual Caio Martins em Januária, uma instituição de ensino profissional, Maria da Conceição Ribeiro, aprendeu a gostar de ensinar e, nesse caso específico, adultos. Com o tio fazia leituras que despertavam seu senso poético e lúdico, bem como as ideias vinculadas a uma realidade que perfaziam a região que habitava. Camões era sua leitura preferida. O tio de Maria da Conceição Ribeiro lia Camões para ela desde quando tinha seis anos de idade. Seu contato com grandes autores se fez desde a meninice (RIBEIRO, 2016).

Além das leituras, sua infância também foi regada a rodapios em tempos de chuva numa praça, cujo fenômeno natural trazia vida ao sertão norte mineiro. Aos sete anos de idade deu seus primeiros passos na educação formal, como confessou em entrevista no dia 5 de agosto de 2016. Aos treze anos de idade, Maria da Conceição Ribeiro começou a ensinar adultos a escrever motivada pelos anseios políticos do tio. Por meio dessa experiência, Maria da Conceição Ribeiro foi convidada pelo padre da sua paróquia para atuar na catequese, fato que abriu caminho para sua inserção definitiva na área educacional. O referido padre constatando sua bela atuação com a catequese convidou-a para assumir suas aulas na escola. Durante a infância, adolescência e juventude Maria da Conceição Ribeiro foi “treinando” para estar na educação e atuando como profissional.

Na sua formação, Maria da Conceição Ribeiro fez o curso Normal, que a habilitava lecionar. Com o citado curso iniciou sua atividade profissional com o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. Como educadora de adultos em Januária nessa época – década de 1960 e 1970 –, ela articulava metodologias e técnicas para ensinar que provinham das vivências de seus alunos. Os adultos que Maria da Conceição Ribeiro ensinava a ler e escrever eram trabalhadores. Eles viviam numa cidade, Januária, cuja divisão geográfica remetia a sua classe social e econômica, ou seja, as famosas ruas de cima e rua de baixo. A rua de cima era da classe alta, a rua de baixo era dos negros peixeiros.

Trabalhando numa época conturbada no Brasil – Ditadura Militar e Civil – Maria da Conceição Ribeiro compreendia a dimensão e o papel da educação. Se quando criança ensinava, visando angariar eleitores para o tio, nessa nova fase se mostra comprometida com a educação para a vida, sendo considerada, inclusive, como subversiva. Com essas práticas pedagógicas, Maria da Conceição Ribeiro descobriu que ser professora era “encantar gente” por meio do conhecimento, aquele que liberta das amarras da ignorância.

Em 1972, Maria da Conceição Ribeiro casou-se com Francisco Gomes de Oliveira e foi morar em Montes Claros. Morar nessa cidade lhe proporcionou fazer um curso superior: Pedagogia. Em 1978 colou grau em Pedagogia na antiga Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM, atual Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. O curso lhe abriu novos horizontes, tornando-a mais fascinada pela educação. Maria da Conceição Ribeiro declarou em entrevista como era difícil fazer um curso superior nessa época. Após a formatura em Pedagogia, ela lecionou no Colégio Imaculada Conceição, escola católica em Montes Claros. Retornou na década de 1980 para Januária e trabalhou na Delegacia Regional de Ensino - DRE, implantando projetos interessantes, inclusive para a educação de adultos. Em 1992 foi convidada para trabalhar na Associação Educativa do Brasil – SOEBRAS com educação de adultos. Maria da Conceição Ribeiro se lembrou de estudantes que marcaram sua vida profissional.

Maria da Conceição Ribeiro alfabetizava as pessoas, encantando-as com as letras. Aproveitava para alfabetizar com o treino do vocabulário coloquial dos estudantes, valorizando o lugar social dos seus alunos. Primava pela função social da escola. Formava gente com as letras e as seduzia com um mundo novo, possível de leitura.



Aliando vida e letras, ela despertou nos seus alunos - jovens e adultos - a vontade de ler o mundo a sua volta. Ela queria formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, assim como construtores de sua própria existência.

Considerações finais

Esse estudo, conforme abordagem anterior, relatou estar inserido no âmbito da História Cultural. A História Cultural proposta pelo francês Roger Chartier organiza-se em torno dos conceitos de apropriação cultural e representações, consideradas como “matrizes geradoras de discursos e práticas” (CHARTIER, 1990). Para Barros (2004), a elaboração das noções de práticas e representações é a decisiva contribuição de Chartier para a História Cultural. Por esta perspectiva teórica, a cultura pode ser compreendida, ou seja, os objetos culturais são produzidos entre práticas e representações, sendo que, os sujeitos produtores e receptores de cultura, igualmente circulam entre estes pólos, que correspondem a “modos de fazer” e “modos de ver”.

Representações e práticas têm possibilitado novas perspectivas para o estudo historiográfico da cultura, porque permitem abarcar um conjunto maior de fenômenos culturais, além de chamarem atenção para o dinamismo destes fenômenos. Permite, ainda, compreender que as práticas geram representações e as representações geram práticas, “em um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão os começos (se em determinadas práticas, se em determinadas representações)” (CHARTIER, 1990). Para Chartier, trabalhar as representações do mundo social torna possível superar os falsos debates em torno da divisão irredutível entre as objetivações das estruturas, terreno de uma história mais segura, que reconstrói as sociedades tais como eram na verdade e “(...) a subjetividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real)” (CHARTIER, 1990).

Para Barros (2004), a Historiografia ocidental mostra-se como um vitral de possibilidades, sendo comum uma grande confusão entre as diferentes modalidades, como também “(...) uma expressiva dificuldade dos interessados em História em situar um trabalho historiográfico dentro de um destes campos”. Neste sentido, é importante que o historiador busque compreender esta realidade multifacetada, na qual se insere o seu ofício, o seu objeto de investigação, as questões de pesquisa para as quais busca respostas, o que não significa que deva encontrar um compartimento e nele se enclausurar, empreendendo uma atividade fragmentada, caracterizada pelo isolamento disciplinar e pela hiper-especialização.

Nessa perspectiva da História Cultural, essa pesquisa se perfaz, visando compreender o universo da alfabetização de jovens e adultos em Montes Claros. As professoras que executavam seu papel de alfabetizadora construíam métodos e técnicas que propiciassem esse processo e, entre eles, emergia as experiências concretas e cotidianas facilitadoras desse artifício. Por meio da História Oral, memórias vieram a tona, revelando os procedimentos e envolvimento dessas professoras e alunos das décadas de 1970 e 1980, que vivenciavam o letramento, o ensinar e o aprender ao mesmo tempo como mostrou Maria da Conceição Ribeiro em entrevista.

Agradecimentos

Agradecemos a Diretoria de Biblioteca Universitária pela parceria, apoio e logística.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D' Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BURKE, Peter. O que é História Cultural? Trad.: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CHARTIER, Roger (1990). História cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil, 1990.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. 5 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- RIBEIRO, Maria da Conceição. Entrevista concedida a Brenda Cardoso de Sousa; Filomena Luciene Cordeiro Reis; João Olímpio Soares dos Reis; Natália Andrade Ruas. Montes Claros, 5 ag. 2016.
- VAINFAS, Ronaldo (1997). História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

11^o FEPEG FÓRUM

ENSINO · PESQUISA
EXTENSÃO · GESTÃO

UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

ISSN: 1806-549X

Realização:



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E INOVAÇÃO SUPERIOR



Apoio:



Apoio FAPEMIG